



VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO AS INFORMAÇÕES ABAIXO!

01. A identificação do candidato dar-se-á mediante o número da inscrição, lançado pelo próprio candidato, no local destinado em todas as folhas do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS e cartão GABARITO. **Não deixe nenhuma marca que possa identificá-lo, exceto o número de inscrição. Caderno de Provas, bem como, Caderno de Resposta e Gabarito sem o número de inscrição não serão apreciados para correção pela Comissão.**

02. Este caderno somente deve ser aberto após a leitura das instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.

03. Confira se o CADERNO DE PROVAS contém:

- a) **40 (quarenta)** questões de múltipla escolha da Prova Objetiva, cada uma com 04 (quatro) assertivas;
- b) **03 (três)** questões da Prova Subjetiva;
- c) **01 (um)** tema para a Dissertação.

04. Confira se o CADERNO DE RESPOSTAS contém:

- a) Folha de resposta com 03 (três) questões da Prova Subjetiva;
- b) Folha de resposta destinada à Dissertação do tema ali proposto; e
- c) Cartão "**GABARITO**" para marcar as questões múltipla escolha, cada uma com 04 (quatro) alternativas.

05. Assinale apenas 01 (uma) resposta para cada QUESTÃO OBJETIVA.

06. Preencha o cartão "**GABARITO**" com caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo integralmente o espaço correspondente à alternativa. O preenchimento incorreto pode prejudicar a leitura ótica do cartão

07. As respostas das QUESTÕES SUBJETIVAS e a DISSERTAÇÃO devem ser em letra legível.

08. Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE PROVAS, tão pouco, do CADERNO DE RESPOSTAS e cartão "**GABARITO**".

09. Na avaliação das questões subjetivas e dissertativas, considerar-se-á o conteúdo jurídico correspondente ao requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como, o domínio do vernáculo, a gramática e ortografia.

10. Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:

- a) Rasura do Gabarito;
- b) Marcação de mais de uma resposta para a mesma questão;
- c) Marcação incorreta da resposta para a questão;
- d) Ausência de qualquer marcação.

11. Será atribuída nota 0,0 (zero) à questão subjetiva e/ou dissertação:

- a) Escrita a LÁPIS no CADERNO DE RESPOSTAS (Serão consideradas apenas repostas à caneta). Respostas escritas no Caderno de Provas não serão consideradas para efeito de correção, caso não tenham sido transcritas para o CADERNO DE RESPOSTAS;
- b) Sem oferta de resposta escrita (em branco);
- c) Respondidas incorretamente.

12. O candidato não deve: riscar, rasurar, amassar, dobrar, sujar este CADERNO DE RESPOSTAS e cartão "**GABARITO**". A leitura ótica do cartão contendo o GABARITO poderá restar prejudicada.

13. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar as questões e responder.

14. O tempo de duração da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo, a leitura das instruções, a resolução das questões no CADERNO DE PROVAS, o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS (Questões Subjetivas e Dissertação) e do cartão "**GABARITO**".

15. É vedado qualquer tipo de consulta (seja de legislação "seca", "comentada" ou "anotada", doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários, etc).

16. Não será admitido ao candidato:

- a) A entrada na sala de provas portando armas, celulares, *paggers*, *laptops*, relógio, calculadora ou qualquer outro dispositivo eletrônico;
- b) O uso de bonés, chapéus ou óculos escuros, exceto se os óculos contiver grau.

17. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou se valendo de qualquer outro meio de comunicação ou fraudulento.

18. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova **após 1 (uma) hora de seu início.**

19. Ao término da prova, o candidato deverá conferir se lançou o número de inscrição no CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS e cartão "GABARITO". Após conferência, entregue ao fiscal e assine a folha de presença, certificando a entrega.

20. O CADERNO DE PROVAS não será disponibilizado para o candidato levar para casa. Se necessário, o candidato poderá solicitar, por escrito, a vista do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS, junto à Coordenação dos Estágios, localizada no Prédio Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, sito Avenida Santos Dumont, nº 710, São Pedro, nesta Capital, no horário das 9 às 12 e 14 às 17 horas. Após homologação do certame, tais documentos serão destruídos.

Boa Vista, 02 de junho de 2013.

Deus o(a) Abençoe!

Boa Prova!



VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

1. Observe os seguintes itens:

- I- extinguem a punibilidade do agente: a morte e a declaração judicial de ausência.
- II- reduz-se de metade o prazo da prescrição se o agente era menor de 21 anos ao tempo do crime.
- III- a confissão espontânea perante a Autoridade Policial sempre atenuará a pena.

Está(ão) **correto(s)**:

- A) I e III.
- B) II.**
- C) III.
- D) I, II e III.

2. Assinale a alternativa **correta**:

A) O crime culposo depende de previsão expressa no tipo legal para sua configuração.

- B) Na contagem dos prazos penais exclui-se o dia do começo.
- C) As regras gerais do Código Penal não podem ser aplicadas a crimes previstos em leis especiais. As leis especiais devem regular integralmente as regras sobre os seus crimes.
- D) A embriaguez voluntária só isenta o agente de pena se torná-lo inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato criminoso.

3. O artigo 168 do Código Penal disciplina o crime de apropriação indébita: "*Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção*". Assinale a alternativa em que **todas as classificações doutrinárias se referem** a este delito:

- A) Próprio, doloso, material e permanente.
- B) Comum, culposo, formal e permanente.
- C) Comum, doloso, material e instantâneo.**
- D) De mão própria, doloso, de mera conduta e de efeito permanente.

4. João é inimigo de Pedro e decide agredi-lo. Em um certo dia, vai ao encontro de Pedro e lhe dá um soco na boca, quebrando-lhe alguns dentes. Em seguida, resolve matá-lo e dispara um tiro fatal contra Pedro. João **responderá**:

- A) Por lesão corporal grave em concurso material com homicídio.
- B) Por lesão corporal grave em concurso formal com homicídio.
- C) Por lesão corporal seguida de morte.
- D) Apenas por homicídio.**

5. Marque a opção **incorreta**:

- A) O concurso de pessoas nos crimes contra a dignidade sexual é causa de aumento de pena.
- B) O motivo fútil qualifica o homicídio.
- C) O crime de calúnia se processa mediante queixa-crime.
- D) Quem compra uma motocicleta sabendo ser furtada responde também pelo furto, mas com a atenuante da participação de menor importância.**



VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

6. Considere as assertivas abaixo quanto a legislação penal especial e marque **a correta**:

A) O agente que pratica crime ambiental em um dia de feriado terá sua pena agravada.

B) O sujeito "A" conduz veículo automotor em via pública quando percebe que o sujeito "B", seu desafeto, atravessará a rua, momento em que "A", objetivando causar lesões corporais em B, o atropela, causando-lhe lesões corporais de natureza leve. "A" será responsabilizado pelo crime de lesão corporal culposa previsto no Código de Trânsito Brasileiro (art. 303).

C) O crime de tortura se caracteriza apenas se da conduta do agente resultar intenso sofrimento físico.

D) Fúvio foi condenado a uma pena de 6 anos de reclusão em regime fechado, pelo crime de lesão corporal seguida de morte, que por ser considerado hediondo não lhe possibilitará progredir de regime.

DIREITO CIVIL

7. Assinale a alternativa **incorreta**:

A) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

B) De acordo com o Código Civil a escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento sem fé pública.

C) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

D) A prescrição ocorre em 10 anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

8. Assinale a alternativa **correta**:

A) A menoridade cessa apenas aos 21 anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

B) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz poderá adotar, de ofício, as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

C) Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.

D) Não é permitida, mesmo que com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

9. Analise os itens abaixo e marque a opção **correta**:

A) O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.

B) As benfeitorias se dividem apenas em úteis e necessárias.

C) No caso de homicídio, a indenização consistirá unicamente no pagamento das despesas de funeral, luto da família e prestação de alimentos às pessoas da família, não se considerando, neste último caso, a duração provável da vida da vítima.

D) O Código Civil em vigor nada menciona acerca da forma pela qual se dá o parentesco em linha reta.

10. Assinale a alternativa **incorreta**:

A) De acordo com o Código Civil, podem os parentes, os cônjuges ou companheiros, pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender as necessidades de sua educação.

B) De acordo com o princípio da saisine, aberta a sucessão, a herança poderá ou não ser transmitida desde logo aos herdeiros.

C) O Ministério Público é um dos legitimados para promover ação de interdição.

D) O ordenamento jurídico em vigor prevê a chamada guarda compartilhada.



VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

11. Assinale a alternativa **correta**:

- A) O Código Civil não menciona as pessoas que possuem domicílio necessário.
- B) O direito à sucessão aberta não é considerado bem imóvel para efeitos legais.
- C) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.**
- D) O ato ilícito apenas poderá ser praticado por ação, jamais por omissão, mesmo que voluntária.

12. Assinale a alternativa **incorreta**:

- A) A prescrição, uma vez ocorrida, extingue a pretensão.
- B) De acordo com o Código Civil os prazos de prescrição podem ser livremente alterados pelas partes em homenagem ao princípio da autonomia da vontade.**
- C) Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
- D) O negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. Sobre a lei processual penal brasileira, assinale a alternativa **correta**:

- A) A lei processual penal tem aplicação imediata, devendo ser renovados os atos praticados sob a vigência da lei anterior revogada, sob pena de nulidade absoluta.
- B) Tem aplicação imediata, porém retroagirá toda vez que, de qualquer modo, favorecer o réu.
- C) Não se admitem a interpretação extensiva, a aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito, em obediência ao princípio da legalidade estrita.
- D) Ao iniciar a vigência de uma nova norma processual penal, mais gravosa que a anterior, esta nova norma terá aplicação imediata, ainda que o fato criminoso tenha ocorrido antes da publicação.**

14. Leia as afirmações sobre o Inquérito Policial:

- I – O inquérito policial é imprescindível para instruir o oferecimento da denúncia.
- II - Levando-se em conta o Código de Processo Penal, da decisão que arquiva o inquérito policial, a pedido do Ministério Público, não cabe qualquer recurso.
- III - Caso o inquérito policial seja eivado de vício de forma, haverá mera irregularidade, sem consequências à ação penal.
- IV - Caso a autoridade policial verifique, depois de instaurado o inquérito policial, que não houve crime, deverá encaminhar o inquérito ao superior hierárquico, propondo seu arquivamento.
- V- O juiz pode arquivar o inquérito policial, de ofício, quando se convença da falta de justa causa para a persecução penal.

Está **correto** o contido em:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.**
- D) IV e V, apenas.



VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

15. Sobre a ação penal privada, assinale a alternativa **correta**:

A) Nas ações penais exclusivamente privadas, o Estado somente delega ao ofendido a legitimidade para o início do processo, conservando consigo a exclusividade do direito de punir.

B) Renúncia, decadência e perdão são sempre anteriores à ação penal, enquanto a perempção só pode ocorrer no curso da ação penal.

C) O prazo para o ajuizamento ação penal privada é de seis meses e deve ser contado da data do fato criminoso.

D) O prazo prescricional para o oferecimento da queixa-crime é de seis meses e é considerado prazo processual.

16. Sobre nulidade relativa assinale a alternativa **correta**:

A) Pode ser reconhecida de ofício em prejuízo do réu e independe para seu reconhecimento da demonstração do prejuízo.

B) É estabelecida para resguardar predominantemente o interesse das partes.

C) Visa garantir interesse de ordem pública.

D) É insanável e jamais preclui.

17. Cabe apelação da decisão que:

A) Conclui pela incompetência do juízo.

B) Rejeita a queixa-crime.

C) Pronúncia o réu ou absolve o acusado sumariamente no procedimento escalonado do Júri.

D) Concede reabilitação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. A prática de um ato determinado pelo Tribunal de Justiça ao Juiz de Direito **faz-se mediante**:

A) Carta Precatória.

B) Carta de Ordem.

C) Carta de Vênia.

D) Carta Rogatória.

19. Quando duas ações têm em comum o objeto e a causa de pedir, **ocorre**:

A) Conexão.

B) Continência.

C) Prevenção.

D) Litisconsórcio Necessário.

20. Quanto aos recursos, é **incorreto** afirmar:

A) De toda sentença cabe apelação.

B) Despachos, ainda que não sejam decisões interlocutórias, podem ser objeto de agravo se possuírem conteúdo decisório.

C) De acórdão não unânime que houver reformado, em grau de apelação, sentença de mérito, cabem embargos infringentes.

D) Da decisão que não admitir embargos infringentes cabe agravo, em cinco dias, para o órgão competente para julgamento do recurso.



VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

21. Pedro ajuizou ação em face da empresa de telecomunicações TC, motivado por supostas cobranças de minutos indevidas e postulou, ao final: declaração de inexistência de débito; repetição do indébito, em dobro; danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Dois meses após a distribuição do feito e da citação da ré, Pedro ajuizou nova ação, contra a mesma empresa, postulando, com base na mesma causa de pedir, danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Com base nessa situação hipotética, o instituto que **corretamente** define o enquadramento jurídico-processual da segunda ação ajuizada **é denominado**:

- A) Litigância de má-fé.
- B) Continência.
- C) Coisa julgada.

D) Litispendência parcial.

22. Com relação aos atos processuais, ao processo, aos procedimentos de cognição e à fase probatória, assinale a opção **correta**:

A) O fato negativo nunca poderá ser objeto de prova.

B) A prova pericial trasladada para os autos de outro processo pela parte interessada, como prova emprestada, não pode ser admitida pelo juiz.

C) Ao juiz é defeso, em qualquer hipótese, com base no art. 399 do CPC, requisitar informações sujeitas a sigilo bancário ou fiscal, como quanto ao endereço para localização do devedor ou quanto às contas bancárias e aos bens penhoráveis que lhe pertencem e que podem submeter-se à execução.

D) A existência, em um contrato, de cláusula que preveja a cobrança de juros sobre juros, ou anatocismo, é matéria de direito e, como tal, não pode ser objeto de prova.

E) O prazo de cinco dias previsto no art. 421, § 1.º, do CPC, para que as partes indiquem assistente técnico e formulem quesitos, não é preclusivo, podendo estas fazê-lo até o momento do início da realização da perícia.

DIREITO CONSTITUCIONAL

23. Em relação aos conceitos em torno da Constituição Federal, assinale a opção **correta**:

A) A Constituição Federal é dogmática porque é escrita, foi elaborada por um órgão constituinte e sistematiza dogmas ou ideias da teoria política de seu momento histórico.

B) A constituição de determinado país constitui sua lei fundamental, a qual prevê normas relativas a: estruturação do Estado, formação dos poderes, forma de governo, aquisição do poder, distribuição de competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos. Portanto, para ser considerado como constituição, é imprescindível que haja um único documento escrito contendo tais regras.

C) O procedimento instituído para alteração constitucional por emenda pode ser modificado pelo poder constituído.

D) A constituição material contém um conjunto de regras escritas, constantes de um documento solene estabelecido pelo chamado poder constituinte originário.

24. Acerca da interpretação e da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa **correta**:

A) O princípio do efeito integrador estabelece que, havendo lacuna na Constituição Federal, o juiz deve recorrer a outras normas do ordenamento jurídico para integrar o vácuo normativo.

B) A corrente que nega a possibilidade de o juiz, na interpretação constitucional, criar o direito e, valendo-se de valores substantivos, ir além do que o texto lhe permitir é chamada pela doutrina de não-interpretativista.

C) Segundo o princípio da unidade da constituição, cada país só pode ter uma constituição em vigor, de modo que a aprovação de nova constituição implica a automática revogação da anterior.

D) O princípio da máxima efetividade estabelece que o intérprete deve atribuir às normas constitucionais o sentido que lhes dê maior efetividade, evitando, sempre que possível, soluções que impliquem a não-aplicabilidade da norma.



VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

25. Sobre o controle de constitucionalidade está **correto** afirmar:

A) Os tribunais estaduais e do Distrito Federal têm competência para julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual em face da CF.

B) Caso o Supremo Tribunal Federal - STF declare, de forma incidental, no julgamento de um recurso extraordinário, que um artigo de determinada lei federal é inconstitucional, nesse caso, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o STF, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela decisão ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

C) As convenções coletivas de trabalho, por veicularem verdadeiras normas jurídicas, ensejam seu controle por meio de ação direta de inconstitucionalidade.

D) Caso julgue improcedente a declaração de inconstitucionalidade de uma lei federal em face da CF, sob o argumento de que há uma interpretação na qual aquela lei está em conformidade com a constituição, o STF aplicará a técnica de interpretação da declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.

26. Quanto aos direitos fundamentais, assinale a alternativa **correta**:

A) Nos termos da Constituição Federal, serão equivalentes às emendas constitucionais, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

B) Nos termos da Constituição Federal é garantido a aquele que se achar ameaçado de sofrer coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, a impetração de mandado de segurança.

C) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido, em qualquer caso, o anonimato.

D) O estrangeiro sem domicílio no Brasil não tem legitimidade para impetrar habeas corpus, já que os direitos e as garantias fundamentais são dirigidos aos brasileiros e aos estrangeiros aqui residentes.

27. No tocante à organização do Estado Brasileiro, é **correto** afirmar:

A) A Constituição Federal estabeleceu a possibilidade de o presidente da República delegar, ao advogado-geral da União, sua competência para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando isso não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

B) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à justiça, à qual compete representar a União, judicial e extrajudicialmente.

C) Ao Tribunal de Contas da União cabe a tarefa de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta da União, sem, contudo, atribuir-lhe a competência para aplicar sanções aos responsáveis, nos casos de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, por ser a referida competência exclusiva do Poder Judiciário, observado o devido processo legal.

D) A Constituição Federal considerou os cargos, empregos e funções públicas de acesso exclusivo dos brasileiros natos e naturalizados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Sobre improbidade administrativa, é **correto** afirmar que:

A) A indisponibilidade de bens em decorrência da apuração de atos de improbidade não deve ser limitada aos bens que bastem ao ressarcimento do dano.

B) A representação à autoridade administrativa responsável para apurar o ato de improbidade administrativa, deverá ser escrita ou reduzida a termo e assinada, contendo a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

C) Emitir laudo médico de sua competência em seu próprio benefício não caracteriza ato de improbidade administrativa.

D) A petição inicial na ação por ato de improbidade administrativa deve conter elementos que comprovem a existência de indícios da prática de ato ímprobo, dispensada a indicação de sua autoria.



VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

29. Em relação aos elementos constitutivos do ato administrativo **é correto** afirmar:

- A) O vício de competência não admite qualquer tipo de sanatória.
- B) Os atos administrativos sempre podem ser praticados livremente, desde que a lei não exija determinada forma como sendo essencial.
- C) O elemento motivo também é chamado de motivação.
- D) A competência é o elemento do ato administrativo em que pode ser encontrada a maior discricionariedade da administração pública.**

30. É correto afirmar que:

- A) A autoridade denunciante pode também julgar o processo administrativo disciplinar a que deu início, sem que se configure ofensa ao princípio da imparcialidade.
- B) A Lei de Licitações não exige a existência de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso.
- C) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- D) Na contagem dos prazos estabelecidos na Lei de Licitações, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.**

31. Com relação aos poderes da administração pública, assinale a alternativa **correta**:

- A) A administração pública não tem poder disciplinar.
- B) O poder hierárquico não possibilita que o órgão superior avoque atribuições do inferior.
- C) O poder normativo, o poder regulamentar, é o poder de editar normas complementares à lei, objetivando sua fiel execução.**
- D) O poder hierárquico possibilita a delegação de qualquer atribuição de um órgão superior a outro inferior, subordinado a este.

32. Entre os elementos sempre essenciais à validade dos atos administrativos, destaca-se um deles que se refere propriamente à **observância do princípio fundamental da impessoalidade, qual seja**:

- A) Competência.
- B) A forma prevista para o ato não importa se escrita ou não.
- C) Motivo determinado para o ato administrativo.
- D) Finalidade genérica de todo o ato administrativo.**

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

33. **Compete** ao Ministério Público, no processo civil, na defesa do idoso:

- A) Impedir a atuação de terceiros, ainda que legitimados para as ações cíveis previstas no Estatuto do Idoso, sempre que o Estatuto do idoso conferir legitimidade ao Ministério Público nas mesmas ações.
- B) Atuar como assistente simples do idoso em situação de risco, por abuso da família, curador ou entidade de atendimento.
- C) Promover a revogação do instrumento procuratório do idoso, sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto do Idoso forem ameaçados em razão de sua condição pessoal e o interesse público justificar.**
- D) Atuar obrigatoriamente, nos processos em que não for parte, na defesa dos direitos de que cuida do Estatuto do Idoso, hipótese em que terá vista dos autos antes das partes, podendo juntar documentos e requerer diligências.



VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

34. Se o ato infracional imputado ao adolescente tiver sido praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa, **segundo a legislação vigente:**

A) Deve a autoridade policial, em caso de flagrante, lavrar auto de apreensão do adolescente.

B) Pode a autoridade policial apreendê-lo, ainda que fora das hipóteses de flagrante e sem ordem judicial, desde que o apresente imediatamente ao Ministério Público.

C) Pode o Promotor de Justiça conceder remissão desde que cumulada de aplicação de medida socioeducativa.

D) Se comprovadas autoria e materialidade, deve à autoridade judicial aplicar medida socioeducativa de internação.

35. Um consumidor adquiriu um celular e ao constatar, na primeira semana de aquisição, que o aparelho não “segurava” carga, foi encaminhado ao serviço de assistência que propôs a substituição da placa, para saneamento do vício. Nesta hipótese, tratando-se de defeito essencial, **o consumidor:**

A) Deve aceitar o saneamento do vício de qualidade.

B) Pode recusar a proposta e exigir a substituição do produto por outro de mesma qualidade, completando o restituindo eventual diferença de preço.

C) Pode aceitar a proposta, mas deve exigir abatimento proporcional do preço.

D) Pode recusar o saneamento vício e exigir a substituição do produto por outro de qualquer marca, não respondendo por eventual diferença de preço.

36. Assinale a alternativa **correta** para a assertiva: O arrependimento do infrator de crime ambiental, manifestado pela espontânea reparação do dano que causou:

A) É ineficaz, face à irreversibilidade dos danos ambientais.

B) Constitui excludente da criminalidade.

C) Constitui circunstância atenuante da pena.

D) Não altera a gradação da pena.

37. Na Constituição Federal, em matéria ambiental, **são expressamente previstos como patrimônio nacional**, além da Serra do Mar, da Floresta Amazônica brasileira e do Pantanal Mato-Grossense:

A) A Zona Costeira e a Caatinga.

B) A Caatinga e a Mata Atlântica.

C) O Cerrado e Mata Atlântica.

D) A Zona Costeira e Mata Atlântica.

38. De acordo com a Lei 8.249/92, **constitui ato de improbidade administrativa na modalidade de enriquecimento ilícito, dentre outros:**

A) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

B) Liberar verba pública sem a devida observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para sua aplicação irregular.

C) Frustra a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

D) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.



VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/94

39. Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público **podará** nos procedimentos de sua competência:

A) Requisitar documentos, certidões e informações apenas de autoridade da Administração Pública direta da esfera estadual.

B) Realizar inspeções e diligências investigatórias.

C) Requisitar da Administração Pública e de entidades privadas serviços temporários de seus servidores e meios materiais necessários para a realização de atividades específicas.

D) Ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou privado ou relativo a serviço de relevância pública que interessem diretamente às investigações que instaurar.

40. Sobre o colégio de procuradores de justiça, **é correto** afirmar:

A) É composto por membros do Ministério Público que oficiam no primeiro grau de jurisdição.

B) Compete rever, mediante requerimento de legítimo interessado, nos termos da Lei Complementar n. 003/94, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária.

C) Propor ao Governado do Estado a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Complementar n. 003/94 e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais do Ministério Público.

D) Encaminhar ao Poder Legislativo os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público.



VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES SUBJETIVAS (5 A 10 LINHAS)

QUESTÃO 01 (PENAL): Discorra sobre o direito de representação no direito penal.

Ao elaborar a resposta, aborde os seguintes aspectos:

- A) Qual o tipo de ação que exige representação;
- B) Quem é o titular da ação penal;
- C) Qual o prazo para seu exercício;
- D) Qual a consequência do seu não exercício;
- E) Se há possibilidade de retratação;
- F) Dê um exemplo de crime que exige representação da vítima.

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 02 (CIVIL): Discorra sobre os institutos jurídicos da prescrição e da decadência.

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 03 (CONSTITUCIONAL): Cite cinco funções institucionais do Ministério Público, previstas no art. 129 da Constituição Federal de 1988.

R
A
S
C
U
N
H
O



VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – DISSERTAÇÃO (20 A 30 LINHAS)

TEMA: Discorra sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 37 (PEC 37), seus objetivos e consequências para a sociedade.

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O



**VIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____